

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 015/2012
ISSN 2177-9015

**Os impactos da geração de empregos
sobre as desigualdades de renda
no mercado de trabalho:
uma análise da década de 2000**

**Flavio Carvalhaes
Rogério Jerônimo Barbosa
Pedro Herculano G. F. de Souza
Carlos Antônio Costa Ribeiro**



centro de estudos da metrópole

**CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE
SÉRIE TEXTOS PARA DISCUSSÃO CEM**

ISSN: 2177-9015

Centro de Estudos da Metrópole

Diretora

Marta Arretche

Conselho Diretor do CEM

Adrian Gurza Lavalle

Alvaro Augusto Comin

Antonio Sérgio Guimarães

Charles Kirschbaum

Eduardo Marques

Fernando Limongi

Gabriel Feltran

Nadya Araújo Guimarães

Márcia Lima

Marta Arretche

Henri Gervaiseau

Paula Montero

Ronaldo de Almeida

Sandra Gomes

Vera Schattan Coelho

Comissão Coordenadora do INCT

Antônio Sérgio Guimarães

Celi Scalon

Eduardo Marques

Elisa Reis

Fernando Limongi

Marta Arretche

Nadya Araújo Guimarães

Paula Montero

Editor de Textos para Discussão CEM

Rogério Schlegel

Publicação online cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos como parte da pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole, de forma a favorecer a difusão de informações para pesquisadores, estudantes e profissionais especializados e estabelecer espaço para troca de idéias e sugestões.

Os textos desta série estão disponíveis em:

www.centrodametropole.org.br

As opiniões emitidas nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores, não exprimindo necessariamente o ponto de vista do Centro de Estudos da Metrópole.

É permitida a reprodução dos textos e dados neles contidos, desde que citada a fonte e que não haja restrição expressa pelos autores. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



centro de estudos da metrópole

www.centrodametropole.org.br

Rua Morgado de Mateus 615

Vila Mariana 04015 902

São Paulo SP Brasil

Fone 55 11 – 5574 0399

Fax 55 11 – 5574 5928

Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda no mercado de trabalho: uma análise da década de 2000

Flavio Carvalhaes¹
Rogério Jerônimo Barbosa²
Pedro Herculano G. F. de Souza³
Carlos Antônio Costa Ribeiro⁴

Resumo

Pretendemos compreender como o movimento de queda contínua das desigualdades de renda na última década pode ser explicado por mudanças na estrutura do mercado de trabalho. Primeiramente, estudamos os padrões de expansão do emprego, fornecendo um panorama da qualidade dos novos postos assim como a direção das transformações ocorridas. Em seguida, distinguimos os aspectos sistemáticos e não sistemáticos do movimento de queda das desigualdades, ou seja, a parcela que se deve às características ocupacionais/estruturais e a parcela que se deve às desigualdades entre indivíduos. Nossos resultados mostram que a expansão do emprego assumiu o formato de melhoria do emprego (*job upgrading*). Contudo, mostramos que esse processo não foi suficiente para alterar fundamentalmente as desigualdades. Noutras palavras, dificilmente se pode dizer que o crescimento da economia e dos empregos trouxe alteração substantiva da estrutura ocupacional (distribuição relativa das ocupações), o que alteraria as expectativas de renda de longo prazo. O declínio das desigualdades se deve muito mais à diminuição das diferenças salariais (renda de curto prazo) e à redução da desigualdade entre indivíduos dentro das ocupações.

Palavras-chave: desigualdade de renda, expansão do emprego, ocupações

Abstract

We propose to give an explanation to the movement of continuous decrease in income inequality over the last decade. Our approach is based on the study of the structural characteristics of labor market. Firstly, we analyze the patterns of job expansion, in order to provide an overview about the quality of the new jobs, also giving a glimpse of the occurred changes. Additionally, we differentiate the systematic aspects of downward movement of inequalities from the unsystematic ones. In other words, we distinguish the portion of inequalities which are linked to occupational/structural characteristics from the portion that is due to differences among individuals. Our results show that the job expansion took the form of a “job upgrading”. However, it was not enough to produce a significant change in the structural inequalities of the labor market. Consequently it can hardly be said that economic growth has brought substantive amendment to the occupational structure: the long-term income expectations have not changed much. The decline in inequality is mostly due to (i) the reduction of wage differentials (short-term income) and (ii) the reduction of inequality between individuals within occupations.

Keywords: income inequality, job expansion, occupations

¹ Doutorando em Sociologia, IESP-UERJ (flaviocarvalhaes@gmail.com)

² Mestre em Sociologia, USP; pesquisador do CEM-Cebrap (antrologos@gmail.com)

³ Doutorando em Sociologia, UnB; pesquisador do IPEA (pedrosouza@gmail.com)

⁴ Doutor em Sociologia, U. Columbia; professor do IESP-UERJ (carloscr@iesp.uerj.br)

1. Introdução

O Brasil é um dos países com a pior distribuição de renda do mundo. No entanto, nos últimos anos, a desigualdade de rendimentos tem caído sistematicamente no país, independentemente do indicador analisado – renda total da família, renda total do domicílio, renda do trabalho etc. (Ferreira e Barros, 1998; Ferreira e Litchfield, 2001; Silva, 2003; Barros, Carvalho *et al.*, 2006b; a; Ferreira, Leite *et al.*, 2006). Ao mesmo tempo, desde meados da última década, a retomada do crescimento econômico promoveu uma forte expansão do assalariamento formal e a queda do desemprego (Guimarães, 2011). Esse cenário motiva o questionamento sobre a relação entre esses dois processos, isto é, como as tendências ocupacionais do mercado de trabalho brasileiro se relacionam com a queda das desigualdades. O estudo da recente tendência decrescente da desigualdade de renda no país é o principal foco do presente artigo⁵. Mais especificamente, pretendemos compreender como a estrutura de desigualdades foi afetada pela expansão do emprego e como ela se relaciona com as configurações ocupacionais, dimensões essas ainda não mobilizadas no debate brasileiro até o momento.

Um pesquisador interessado no estudo desse tema tem diante de si dois tipos de estratégia que pode seguir. De um lado, há um caminho no qual a preocupação central é entender aspectos que estruturam o nível de renda de um determinado grupo de indivíduos e, a partir do conjunto de conceitos do seu campo disciplinar, apontar a relevância de um conjunto de fatores relevantes no estudo do fenômeno. Um economista mobilizado nessa perspectiva iria, por exemplo, destacar a importância do nível educacional e da experiência do indivíduo – ou, no jargão próprio da disciplina, o capital humano –, além de outros fatores, na determinação do salário de um indivíduo (Becker, 1976). Apesar de significativas diferenças disciplinares (metodológicas, teóricas e epistemológicas), um sociólogo diante do mesmo tema se comporta de forma relativamente parecida. Se estereotipássemos os nossos colegas de profissão como fizemos com os economistas, o destaque iria para o papel da estrutura ocupacional e de

⁵ A literatura sobre desigualdades é prolixa no que diz respeito a apontar os limites de apoiar o estudo da distribuição desigual do bem-estar se apoiando apenas nessa dimensão, negligenciando outras, como educação ou saúde (Sen, 2001; Goessling e Baker, 2008). A princípio, concordamos com essas críticas. No entanto, devemos apontar que a dimensão de renda ainda é uma forma privilegiada de entender o acesso ao bem-estar, e, como argumentaremos ao longo do artigo, uma dimensão sub-representada na reflexão sociológica sobre o tema, especialmente no Brasil.

fatores adscritos (raça, sexo) na determinação da renda. Tanto na literatura internacional quanto na brasileira, contamos com excelentes estudos sobre o tema, já há algumas décadas (Blau e Duncan, 1967; Wright, 1997; Santos, 2002; Neves, 2005).

O segundo bloco de estratégias trabalha a partir de um ponto de vista diferente. Trabalhos ligados a essa perspectiva tratam a desigualdade como um “estoque” geral distribuído de maneira não uniforme em determinada unidade de análise (cidade, região, estado, país, classes, ocupações etc.), e tenta distinguir aspectos sistemáticos e não sistemáticos dessa distribuição. Nesse caso, o pesquisador está interessado em ter uma idéia do “tamanho” do componente sistemático e o quanto resta de variação não possível de explicar a partir dos aspectos eleitos.

Nesse plano, também existem uma série de economistas estrangeiros e brasileiros que, além de terem criado importantes métodos para dar conta da contabilização correta da desigualdade de renda, também destacaram quais são os fatores mais importantes para sua explicação, tanto em um ponto específico do tempo quanto ao longo dos anos. Nesse tipo de estratégia de pesquisa, a Sociologia, tanto internacional quanto nacional, é defasada (Morris e Western, 1999), apesar de algumas iniciativas recentes terem feito alguns avanços interessantes, que mostram a relevância analítica que a perspectiva sociológica tem para acrescentar ao fenômeno (Weeden, 2002; Weeden, Kim *et al.*, 2007; Kim e Sakamoto, 2008; Mouw e Kalleberg, 2010). A literatura brasileira, no entanto, é praticamente inexistente, apesar de o Brasil ser um caso privilegiado para esse tipo de estudo. Deste modo, pretendemos atuar nesse vácuo e fazer uma contribuição orientada sociologicamente, mas que dialogue com os trabalhos econômicos já existentes sobre o tema. Desse ponto de vista, nossa contribuição é relativamente convencional. Um dos principais objetivos do artigo é destacar a importância da estrutura ocupacional para compreender as tendências da desigualdade de renda brasileira.

O plano de fundo de nossas análises é o período recente da economia brasileira, caracterizado por uma intensa expansão do emprego aliada à uma tendência de diminuição da desigualdade de renda do trabalho. A principal questão que tentaremos responder é a seguinte: qual a parcela das desigualdades que se deve especificamente às características estruturais (ocupacionais) do mercado de trabalho? Adicionalmente, refletiremos sobre a “qualidade” das mudanças ocorridas, isto é, sobre quais os mecanismos implicados na redução das desigualdades e sobre a perenidade desse

movimento de queda. Tais questões são relevantes e novas, tendo em vista nossa trajetória tortuosa, marcada por crises e desemprego nas décadas de 1980 e 1990 –além do fato de que o Brasil continua a posar como um dos países mais desiguais do mundo, apesar do declínio evidenciado pelos indicadores.

Para realizar nossa investigação, procedemos em dois passos. O primeiro é analisar o processo recente de queda das desigualdades e o relacionar a (possíveis) mudanças do mercado de trabalho na última década. Questionamos se o que houve foi uma melhoria das condições dos “antigos empregos”, com manutenção de características estruturais do mercado de trabalho, ou se foi predominantemente a criação de novos postos que possibilitaram a transferência da mão-de-obra para outras ocupações e setores de atividade (em que se remunera melhor). Em seguida, tendo mapeado de forma consistente o padrão de evolução do emprego na última década, iremos investigar mais detidamente a relação entre a estrutura ocupacional e a desigualdade de renda do trabalho.

O texto está organizado da seguinte forma: na próxima seção, apresentamos as perspectivas teóricas que fundamentam nossa abordagem; em seguida, passamos para uma breve apresentação de alguns debates e expectativas que povoaram essa interseção entre os temas do desenvolvimento, mercado de trabalho e desigualdades, de forma a contextualizar nosso plano de análise; na quarta seção, descrevemos o padrão de expansão do emprego na última década, comparando-o com os padrões das duas décadas anteriores. Com isso, teremos uma visão clara sobre os tipos de emprego criados e sobre como a mudança econômica se associou a transformações na estrutura ocupacional. Investigaremos então qual a parcela das desigualdades de renda que é devida especificamente às desigualdades ocupacionais. De posse dessa informação, mediremos a influência que as mudanças na estrutura ocupacional (padrões de geração de emprego) exerceram sobre a tendência de declínio das desigualdades ao longo do tempo. Por fim, faremos uma análise de sensibilidade para mapear quais as ocupações que mais contribuíram nesse processo.

1. Por que ocupações? Considerações sobre aspectos estruturais da desigualdade no mercado de trabalho

Os pesquisadores mais dedicados ao estudo da desigualdade de renda, tanto num plano internacional como nacional, foram os economistas. Para a teoria econômica

neoclássica, a distribuição dos rendimentos é vista como uma função do capital humano acumulado e das taxas de retorno associadas a ele (Mincer, 1974). Um aspecto central é que as principais diferenças de renda são um reflexo da capacidade produtiva das pessoas como um resultado do treinamento, habilidades e oportunidades (cf. Barros, Carvalho, Franco *et al.*, 2006b). A fonte principal da desigualdade residiria no fato de que os agentes que se inserem no mercado de trabalho possuem características distintas (e desiguais) em termos de seu capital. Dessa forma, se estivermos interessados em estudar a mudança do padrão de desigualdade ao longo do tempo, deveríamos estar atentos principalmente a mudanças nas características da *oferta* da força de trabalho.

Do ponto de vista sociológico, o principal incômodo gerado por esse tipo de explicação é sua excessiva ênfase nas características individuais. O foco analítico da Sociologia se definiria pela tentativa de compreender como características individuais interagem com aspectos estruturais da divisão social do trabalho e geram determinado perfil de desigualdade em uma sociedade (Sorensen, 1996). Uma das formas privilegiadas de realização desse empreendimento seria através da atenção especial à dimensão ocupacional. Isso implica que também as características da *demand*a pelo trabalho seriam fundamentais para compreender os diferenciais de rendimento.

Nessa perspectiva, algumas ocupações, menos especializadas e mais abertas à substituição de trabalhadores, seriam menos protegidas e mais sujeitas às flutuações ligadas à composição da oferta de trabalhadores. Por sua vez, as ocupações mais especializadas, em que há maior complexidade das tarefas, interdependência na cadeia produtiva, escassez de profissionais e altos custos para formação/qualificação, teriam outro tipo de dinâmica e seriam mais fechadas à substituição (Sorensen e Kalleberg, 1979). Além disso, o exercício desse último tipo de ocupação pode estar ligado a marcos regulatórios específicos ou à existência de conselhos e associações que protegem seus interesses e executam ações de licenciamento, certificação etc. (Grusky e Sorensen, 1998; Weeden, 2002; Grusky e Galescu, 2005; Grusky e Weeden, 2008).

Por essas e outras razões as ocupações permitem vislumbrar características da renda permanente dos indivíduos (i.e., a expectativa de rendimentos sustentada durante o curso de vida), que pode estar mais correlacionada aos modos de vida, hábitos de consumo e possibilidades de mobilidade social do que a renda do trabalho obtida num determinado ponto do tempo. É a atenção a esses pontos que define os trabalhos sociológicos ligados à análise de classes e seus esforços para agrupar as ocupações em

tipologias, que tem sido uma das formas privilegiadas de destacar a importância de aspectos que se relacionam à divisão social do trabalho e à estruturação de diversos tipos de desigualdade, como as de mobilidade social, alcance educacional e, claro, a desigualdade de renda (Breen e Rottman, 1995; Wright, 1997; Goldthorpe, 2000; 2007).

Mas como a estrutura ocupacional se ligaria a mudanças na tendência da desigualdade de renda? Iremos responder a essa pergunta por duas vias complementares. Primeiro, mudanças significativas no mercado de trabalho podem levar à criação de novos postos de trabalho altamente qualificados e com remuneração alta, enquanto os outros setores do mercado de trabalho ficam estáticos. Ou então, poderia haver uma forte expansão de empregos pouco qualificados enquanto há uma estagnação dos postos mais qualificados (Wright e Dwyer, 2003). Os cenários são variados e iremos explorá-los com mais cuidado adiante; o que queremos destacar de antemão é que o padrão de expansão do emprego é uma dimensão que deve se ter em conta na análise da desigualdade de renda, e esse será nosso primeiro foco.

Em nosso segundo passo, tendo em mente os resultados descritos acima, vamos ter uma noção mais precisa de três possíveis formas de relação entre a estrutura ocupacional e a desigualdade de renda do trabalho, alcançados a partir de uma decomposição da variância do logaritmo natural da renda do trabalho. Três fatores são vislumbrados na relação entre a desigualdade e as ocupações (Mouw e Kalleberg, 2011; Williams, 2010). O primeiro é chamado *efeito de composição*. Ele está relacionado à proporção de trabalhadores ligados a cada ocupação. Se uma determinada ocupação muito desigual amplia seu tamanho relativo, isto contribui para o aumento da desigualdade global no mercado de trabalho. Noutras palavras, supondo que os outros dois fatores a serem mencionados adiante permaneçam constantes, um crescimento ou encolhimento no tamanho de ocupações influencia a desigualdade de renda.

O segundo fator, chamado *efeito de médias*, diz respeito a mudanças nos salários médios das ocupações. O ganho real médio dos salários tende a variar entre as ocupações e ao longo do tempo. Desequilíbrios entre oferta e demanda ou então fatores institucionais, como atuação dos sindicatos na renegociação salarial, são exemplos de mecanismos que podem fazer os salários médios das ocupações variarem positivamente ou negativamente ao longo do tempo.

O terceiro e último fator diz respeito a como se comporta a distribuição da renda no interior das ocupações, ou seja, a desigualdade entre indivíduos, dentro das

ocupações. Um aumento da desigualdade intra-ocupações sempre irá aumentar a desigualdade de renda no todo. Um motivo para isso poderia ser o aumento do retorno ligado a características não observadas (i.e., não ligadas à escolaridade, qualificação formal ou habilidades individuais, por exemplo). Trabalhos altamente dependentes de componentes criativos, por exemplo, podem ser realizados por uma série de pessoas que se classificam como artistas, designers, desenhistas industriais etc. Nessas situações, as características ocupacionais tendem a importar muito menos para a estruturação dos salários, que são relativamente heterogêneos e provocam uma grande variabilidade intra-ocupacional nesses casos (Kim e Sakamoto, 2008).

2. Desenvolvimento e desigualdades no mercado de trabalho: breve histórico

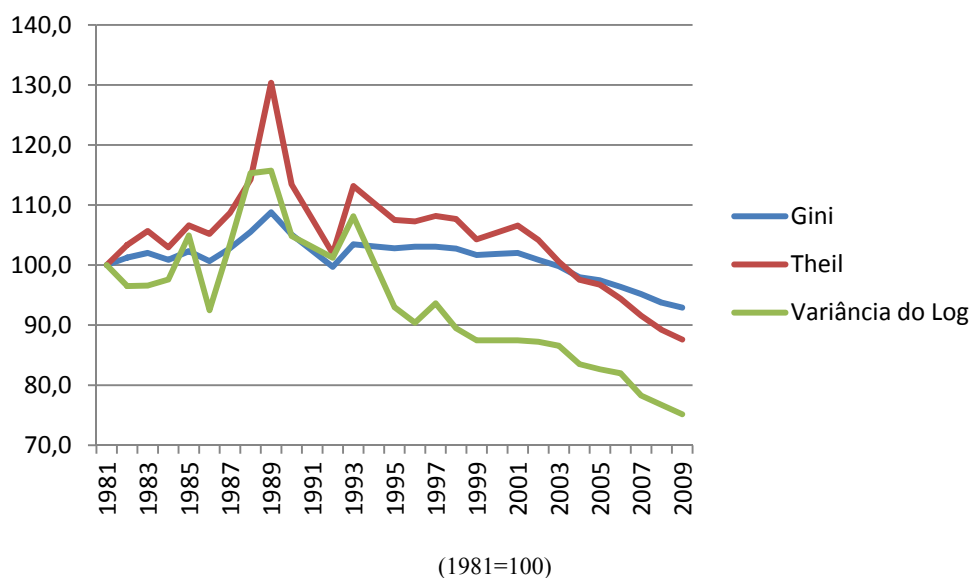
No correr das últimas décadas, a conjuntura econômica nacional sofreu profundas alterações. A crise do início dos anos 1980 evidenciou os limites da estratégia desenvolvimentista que havia vigorado desde 1930, em que elevadas taxas de desigualdade persistiram a despeito de todo crescimento econômico. O ano de 1981 inaugura um período de profunda instabilidade macroeconômica, em que se alternam pequenos ciclos de recessão e recuperação (Cardoso Jr, 2001; Pochmann, 2006), que revertem rapidamente o movimento de queda da desigualdade prefigurado na segunda metade da década de 1970 (Barros, Carvalho *et al.*, 2006b).

Quase todos os indicadores e medidas apontam que entre os anos de 1989 e 1991 registramos os maiores patamares de desigualdade de renda da história recente. Nos anos 1990, a População em Idade Ativa (PIA) e a População Economicamente Ativa (PEA) passaram a crescer em ritmo mais acelerado do que o mercado de trabalho comportava (Ramos, 2009; Pochmann, 1998). O emprego assalariado tem queda expressiva – relativa e absoluta – e a quantidade de postos informais dão um salto. Complementando, o desemprego atinge um pico (inédito) em 1992.

A década de 2000 se iniciou nublada. As taxas de desemprego aberto interromperam seu crescimento e estabilizaram-se entre 10% e 10,5% nos anos de 1999 a 2005, porém num contexto em que as taxas de atividade eram crescentes (Ramos, 2009). Isso significa que mais trabalhadores estavam continuamente ingressando no mercado ou retornando abertamente a ele após um período de desemprego oculto pela inatividade (Guimarães, 2007). Deste modo, a manutenção dos altos índices tem conotação diferente daquela dos anos anteriores. Outro fenômeno é novo: os indicadores

de desigualdade de rendimento (não somente aqueles auferidos pelo trabalho) deram mostras de claro declínio a partir de 2001, acentuado de tal forma que tinha apenas precedentes nos últimos anos no “Milagre”, que antecederam a crise de 1981-1983. Aos poucos, foi se tornando claro que o movimento poderia ser duradouro, superando o ocorrido entre 1976-1981 (Barros, Carvalho, Franco *et al.*, 2006b)

Gráfico 1 - Evolução da desigualdade da renda do trabalho segundo os índices de Gini, Theil e a Variância do Logaritmo da Renda (1981-2009)



Fontes: PNADs (1981-2009), elaboração própria.

Para os analistas, colocou-se a dificuldade de detectar as causas desse movimento decrescente, uma vez que, no correr do tempo, uma série de outras transformações econômicas e sociais passaram a acompanhar e concorrer com a queda das desigualdades. A retomada do crescimento em 2004 deu ímpeto à redução da informalidade e a partir desse ano o desemprego também iniciou trajetória de queda.

A literatura especializada tentou isolar as principais dentre as várias causas do declínio da desigualdade de renda e atribuir-lhes pesos e importâncias diferenciais. Uma das dimensões destacadas é a estabilização macroeconômica e o controle da inflação (Ferreira e Litchfield, 2001; Barros, Carvalho *et al.*, 2006b; Ferreira, Leite *et al.*, 2006). No entanto, tornou-se claro que apenas o crescimento econômico não poderia ser responsável pela distribuição da renda (Barros, Carvalho, Franco *et al.*, 2006b). As mudanças no nível educacional da população também foram apontadas como centrais: (i) ampliaram-se as oportunidades educacionais nos níveis mais baixos de ensino e (ii)

os diferenciais de remuneração da força de trabalho por nível educacional declinaram. Em conjunto, esse movimento da educação explicaria cerca de 40% da queda recente da desigualdade da renda do trabalho entre 2001 e 2005 (Barros, Franco *et al.*, 2006). Sublinha-se também a importância de alterações nos componentes demográficos, como, por exemplo, a relativa homogeneização etária da população, que reduz os retornos pela experiência (Barros, Carvalho *et al.*, 2006a) e a convergência entre rendimentos dos setores rurais e urbanos (Ferreira, Leite *et al.*, 2006). Os Programas de Transferência de Renda, de grande importância para a redução da pobreza, não foram centrais na distribuição da renda (Soares, 2010a).

Houve uma convergência entre os analistas em atribuir à renda do trabalho o estatuto de principal motor da queda das desigualdades de renda em geral (Barros, Carvalho, Franco *et al.*, 2006b; Soares, 2010a, 2010b). Mas a que se devem as alterações na renda do trabalho? Como isso se traduziu em termos ocupacionais? Houve um aumento geral dos salários dos empregos existentes (talvez impulsionado pelas políticas de salário mínimo)? Ou mudou a qualidade dos “novos postos” criados na década – caracterizados pela formalidade e maior proteção social? Essas questões não foram muito debatidas nos círculos de economistas que se interessaram pela distribuição de renda – e é exatamente nesse ponto que desejamos realizar nossa contribuição.

3. Dados e metodologia

a. Modelos e estratégias de análise

Para analisar a qualidade dos empregos criados dentro de um determinado intervalo de tempo, Eric Olin Wright e Rachel Dwyer (2003) propõem a criação de uma matriz a partir do cruzamento entre as informações sobre ocupação e setor de atividade do emprego de um banco de dados. Este exercício produz um total de “empregos em potencial”, representados pelo número de células geradas no cruzamento – cada célula representa uma ocupação-setor⁶.

⁶ Obviamente, numa pesquisa amostral, nem todas as células dessa grande matriz de ocupações-setor estarão preenchidas. Para minimizar o problema de células vazias, os autores fundiram bancos de dados de vários anos e fizeram agregações e desagregações das categorias ocupacionais e setoriais, conseqüentemente as inferências traçadas se referem à média do período coberto.

Em seguida, os autores ordenam todas as células de acordo com a mediana da renda por hora de trabalho, considerada como *proxy* da “qualidade do emprego”⁷ e, finalmente, as ocupações-setor são divididas em cinco grupos – quintos – de acordo com essa *proxy*. Assim, os indivíduos de uma mesma ocupação-setor são levados “em bloco” para uma única categoria. Como cada ocupação-setor ocupa uma posição fixa nesse ordenamento, acompanhar o crescimento ou decréscimo de um quinto é simplesmente acompanhar o quanto variou do número de empregados nas ocupações-setor entre dois pontos no tempo. A variação do emprego em cada quinto é medida simplesmente através da diferença absoluta no tamanho dessas categorias entre os momentos final e inicial. Em outras palavras, o resultado é uma medida do saldo de emprego (ou mudança líquida no estoque de trabalhadores), mas que considera a qualidade dos postos criados e desfeitos.

Figura 1 – Modelo de variação dos quintis



Fonte: Wright & Dwyer (2003).

Os resultados desse exercício podem se concentrar, a princípio, em quatro modelos de variação líquida do tamanho dos quintos no tempo, que representam padrões distintos de expansão do emprego e cujas consequências, em termos de desenvolvimento do mercado de trabalho e desigualdades sociais, podem ser completamente opostas. A Figura 1 ilustra esses cenários hipotéticos para uma situação que tenha gerado 5 milhões de empregos. O primeiro modelo apresenta um crescimento igual dos quintos. Todos eles experimentaram um crescimento de 1 milhão de

⁷ Uma medida de qualidade de emprego poderia incluir outros aspectos. A opção pela mediana da renda se justifica principalmente porque outras informações nem sempre estavam presentes em toda a série dos dados. Além disso, ganhos em dinheiro estão correlacionados com outras medidas de qualidade – o que faz da renda uma boa *proxy*.

empregos. Deste modo, a estrutura anterior do mercado de trabalho não se alterou fundamentalmente. No segundo modelo, observaríamos um crescimento muito mais acentuado das ocupações de baixo nível, o que implicaria um quadro de depreciação do emprego. O terceiro modelo traz uma situação oposta, em que há um desenvolvimento da estrutura do mercado de trabalho caracterizado pela expansão principalmente dos postos de melhor qualidade. O último modelo representa uma situação híbrida, em que há simultaneamente a criação de bons e maus empregos, gerando um contexto de polarização do mercado de trabalho – aumentando as distâncias. Através da análise gráfica desses resultados, será possível uma avaliação de como foi a expansão do emprego na década por nós avaliada.

Após esse exercício de avaliação da "qualidade" da evolução do emprego, procedemos a uma análise da relação entre a estrutura ocupacional e a desigualdade de renda do trabalho. Para isso, decomposmos o efeito da mudança estrutural do mercado de trabalho sobre a desigualdade de renda do trabalho no Brasil e a estrutura ocupacional do país. Dessa forma, poderemos responder às seguintes perguntas. Caso tenha havido alguma alteração substantiva na distribuição (tamanho) das ocupações, foi esta a principal razão da queda das desigualdades (fator 1)? Ou teria sido uma mudança no padrão da média dos salários (fator 2)? Ou as ocupações tiveram pouca importância e a maior parte do declínio se deve à redução das desigualdades entre indivíduos dentro das ocupações, fatores intra-ocupacionais (fator 3)? As três hipóteses ou fatores elencados não são rivais, mas complementares. Todos os movimentos podem ter acontecido conjuntamente, mas tentaremos indicar qual a importância específica de cada um.

Na tentativa de explicar o fenômeno da polarização das ocupações nos Estados Unidos observado em estudos anteriores (cf. Wright & Dwyer, 2003; Autor, *et al.* 2006), Mouw e Kalleberg (2010) propuseram uma estratégia para o estudo do movimento das desigualdades (e de seus componentes). Nossa estratégia consiste em replicar parte dos modelos sugeridos por esses autores, que podem sinteticamente ser expressos nas equações abaixo.

$$\text{Var} [\ln_renda|ocup] = \sum_j p_{jt} (\mu_{jt} - \bar{\mu}_t)^2 + \sum_j p_{jt} \sigma_{jt}^2 \quad (1.1)$$

Desigualdade Total = Desigualdade entre ocupações + Desigualdade intra ocupações
 (entre indivíduos)

A expressão 1.1 apresenta a decomposição da variância do logaritmo da renda do trabalho em dois termos, que representam, respectivamente, a variação entre e intra ocupações. O termo p_{jt} representa a proporção de ocupados no grupo ocupacional j , no ano t ; μ_{jt} representa a renda média da ocupação j no ano t ; $\bar{\mu}_t$ representa a média de todos os salários no ano t ; e σ_{jt}^2 representa a variância do log da renda do trabalho na ocupação j , no ano t . Essa equação mostra que a quantia total de desigualdade num determinado ano pode ser obtida somando a desigualdade entre ocupações com a desigualdade entre indivíduos dentro das ocupações (a desigualdade intra-ocupacional).

$$\sum_j p_{jt}(\mu_{jt} - \bar{\mu}_t)^2 = \sum_j p_j^{2002}(\mu_{jt} - \bar{\mu}_t)^2 + \sum_j (p_{jt} - p_j^{2002})(\mu_{jt} - \bar{\mu}_t)^2 \quad (1.2)$$

Desig. no componente entre ocupações	=	Desigualdade entre ocupações se o tamanho fosse constante (Efeito de Médias)	+	Parcela mudança do tamanho relativo das ocupações (Efeito de Composição)
---	---	--	---	---

A expressão 1.2 avança no procedimento de decomposição da desigualdade, abrindo o componente “entre ocupações” que estava presente na equação anterior. Nessa segunda fórmula, os elementos idênticos aos da expressão 1.1 têm o mesmo significado. A decomposição da desigualdade entre ocupações se faz, depois de ter fixado o ano em 2002, pela distinção entre o efeito que se deve à variação nos salários, um efeito de médias, e o efeito devido à variação no tamanho relativo da ocupação (número de trabalhadores numa determinada ocupação em relação ao total de ocupados), um efeito de composição. O primeiro termo da equação representa o efeito de médias (variação nos rendimentos) e o segundo termo representa o efeito de composição (tamanho). O objetivo é saber se a redução das desigualdades se deve ao aumento da renda de ocupações que anteriormente eram mal remuneradas (e/ou redução da renda daquelas localizadas no topo) ou se é devido à transferência dos trabalhadores para “melhores empregos”, isto é, está relacionado ao crescimento do tamanho de ocupações mais bem pagas.

A primeira equação (1.1) nos ajudará a responder o quão importante é o componente ocupacional na explicação das desigualdades, indicando a relevância da argumentação sociológica (estrutural) e, ao mesmo, tempo, apontando a parcela que se deve às desigualdades entre indivíduos dentro das ocupações – a desigualdade intra-ocupacional. Uma vez verificada a relevância da estrutura ocupacional, a segunda

equação (1.2) pode fazer avançar outras considerações. Se os efeitos de composição (tamanho relativo da ocupação) forem mais importantes, este será um indicativo forte de que as desigualdades declinaram devido a mudanças na distribuição relativa das ocupações na estrutura ocupacional (Williams, 2010). Isso pode significar que o horizonte da renda permanente dos indivíduos se alterou mais fundamentalmente do que a renda de curto prazo. Isto é, teria havido a transferência de considerável parcela dos trabalhadores para melhores ocupações. Alternativamente, se os efeitos de média forem mais significativos, teríamos uma primeira evidência de que a mudança da distribuição dos salários de curto prazo teve mais relevância para explicar a queda das desigualdades.

É importante pontuar ainda que uma tendência geral de declínio das desigualdades não implica que todas as ocupações tiveram contribuição idêntica sobre esse movimento. A tendência pode ser, em média, decrescente; mas algumas ocupações podem até ter contribuído para o aumento da desigualdade (tendo seus efeitos contrabalanceados por outras). Interessados nesse aspecto, realizaremos uma análise de sensibilidade com o objetivo de identificar que ocupações específicas contribuíram para a queda ou para o aumento das desigualdades de rendimento e medir sua participação na tendência geral. Essa análise de sensibilidade consiste na tentativa de responder à seguinte pergunta contrafactual: “qual seria o nível geral de desigualdades no tempo t se ‘congelássemos’ o tamanho e a distribuição de renda da ocupação i no momento $t-1$?” (Mouw e Kalleberg, 2010). Ou seja, fixando as características de uma ocupação num momento do tempo (no ano de 2002), calcularemos qual seria o nível de desigualdade no final do período (no ano de 2009). A expressão abaixo mostra como o cálculo desse cenário contrafactual é realizado.

$$\begin{aligned}
 & \text{Desigualdade total no tempo } t & - & \text{Desigualdade total no tempo } t \text{ se a ocupação } j \text{ tivesse as mesmas características} \\
 & \text{que possuía no tempo } t-1 \text{ (2002)} & & \\
 & \text{Var}[\ln _renda_{\text{tempo}=t}] & - & \text{Var}[\ln _renda_{\text{tempo}=t} | p_{jt} = p_{j,t=t-1} | \mu_{jt} = \mu_{j,t=t-1} | \sigma_{jt}^2 = \sigma_{j,t=t-1}^2] & (1.3)
 \end{aligned}$$

A simples subtração entre a desigualdade empiricamente observada e essa quantidade contrafactual calculada através desse procedimento informará quanto exatamente *cada* ocupação contribuiu para as mudanças.

b. Dados

Utilizamos estratégias de análise diferentes para a análise da expansão do emprego e para a avaliação de como se relaciona a estrutura ocupacional e a desigualdade de renda. No primeiro caso, para que houvesse casos suficientes nas células da matriz ocupação-por-setor, construímos dois bancos de dados a partir da fusão dos dados originais da PNAD, de forma a marcar um ponto inicial (2002-2004) e outro final (2007-2009) dentro de uma década. Alguns ajustes foram necessários para tornar as informações comparáveis ao longo do tempo. As variáveis de peso foram calibradas para que a população estimada pela amostra correspondesse sempre à da média dos triênios. Os valores de renda, deflacionados e convertidos para R\$ de setembro de 2009, utilizando o IPCA como referência. Assim como em Wright e Dwyer (2003), os quintos foram ordenados de acordo com a mediana da renda horária.

Para minimizar o número de células com uma quantidade muito grande ou muito pequena de casos na matriz de ocupações-setor, agregamos ocupações e setores com baixo número de casos e dividimos as categorias muito grandes, observando as semelhanças entre essas unidades de análise⁸. Como resultado desses procedimentos, reduzimos o número de ocupações de 511 para 132, e dos setores de atividade de 211 para 39. Retirando as células vazias, o número de ocupações-setor efetivamente observado foi de 2.690.

Para a avaliação de como se relacionam estrutura ocupacional e desigualdade de renda, utilizamos as PNADs de cada ano sem realizar fusões. Nossa análise abarca o período de 2002 a 2009. As principais informações consideradas na análise são a ocupação que o indivíduo exercia na semana e a renda mensal do trabalho principal. Nossas amostras são somente de indivíduos entre 25 e 65 anos, com renda do trabalho principal diferente de zero. Também fizemos uma padronização dos códigos ocupacionais, ou seja, avaliamos somente as ocupações que têm respondentes em todas as PNADs analisadas. Esse é um passo necessário para que as variações avaliadas sejam atribuídas aos componentes mobilizados, e não a uma flutuação residual e artificial dos dados. Em outras palavras, dessa forma garantimos o máximo de comparabilidade entre as amostras diferentes.

⁸ Através dos títulos ocupacionais e nomes dos setores de atividade, é possível ter uma idéia bastante próxima do que a informação representa. Dessa forma, é possível juntar categorias ocupacionais como pipoqueiros, camelôs e baleiros em uma categoria que represente vendedores ambulantes, por exemplo.

4. Resultados

Os quintos de qualidade têm características bastante específicas. Os mais baixos agrupam um menor número de ocupações-setor, mas que empregam uma grande quantidade de indivíduos. À medida que avançamos para os quintos superiores, há um número cada vez maior de ocupações-setor. Deste modo, são categorias mais heterogêneas.

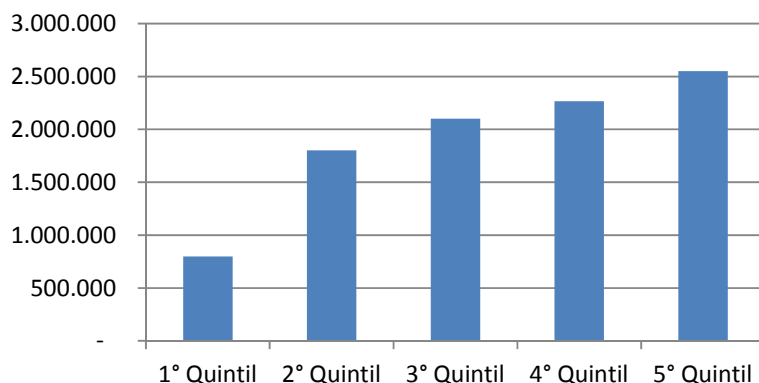
É bastante característico o fato de que as maiores ocupações do quinto mais elevado não sejam consideradas, do ponto de vista do senso comum, “as melhores ocupações”. Além disso, esses resultados destoam daqueles encontrados por Wright e Dwyer (2003) para o caso dos Estados Unidos, em que o quinto mais alto é povoado por ocupações gerenciais e funcionários da administração pública. Os resultados para o Brasil expressam a desigualdade e as características estruturais de seu mercado de trabalho: um grande número de empregos de baixa remuneração ocupam posições de relativa vantagem. Destacamos que há substantivas diferenças salariais entre os quintos e que a heterogeneidade interna do último quinto é mais elevada do que nos demais - algo bastante característico de uma distribuição de renda assimétrica, com elevada concentração no topo.

Tabela 1 - Características dos empregos em cada quintil - Década de 2000

Quartil	Mediana da Renda-hora (2002-2004)	Mediana da Renda Mensal (2002-2004)	Três maiores categorias no quintil		Nº indivíduos em 2002-2004	Nº indivíduos em 2007-2009	% em 2002-2004	% em 2007-2009	Nº de ocupações-setor
			Ocupação	Setor					
1º Quinto	1,99	272,40	Trabalhadores domésticos sem carteira	Serviços Domésticos	2.957.198	3.375.809	20,0	18,2	255
	1,31	228,73	Produtores agrícolas (conta própria)	Lavoura temporária	1.919.048	1.504.746			
	1,99	345,64	Ajudantes de obras civis	Construção	720.264	951.755			
2º Quinto	2,80	336,42	Vendedores ambulantes e camelôs	Comércio de mercadorias em geral	1.382.411	1.294.662	19,9	19,7	312
	2,27	381,22	Trabalhadores domésticos com carteira	Serviços domésticos	1.289.901	1.494.191			
	2,53	470,20	Cozinheiros, garçons e outros trab. de hotelaria e turismo	Alojamento e alimentação	1.152.522	1.312.372			
3º Quinto	3,23	584,54	Pedreiros	Construção	1.538.887	2.053.434	20,2	20,4	429
	3,27	548,56	Vendedores e demonstradores (conta-própria)	Comércio de mercadorias em geral	1.386.713	1.430.174			
	3,04	548,56	Vendedores e demonstradores (demais)	Comércio de mercadorias em geral	1.156.834	1.529.932			
4º Quinto	4,98	1.042,00	Caminhoneiros	Transp. rodoviário de cargas e mudanças e outros tipos de transporte	635.793	719.181	19,9	20,4	838
	5,79	653,77	Professores da educação básica (sem ensino superior)	Educação Pública	615.537	490.358			
	3,81	783,66	Motoristas	Transp. rodoviário de passageiros	403.738	471.289			
5º Quinto	8,51	1.016,58	Professores da educação básica (com ensino superior)	Educação Pública	603.791	918.518	20,0	20,9	856
	7,94	1.567,33	Pequenos empregadores	Comércio de mercadorias em geral	568.953	624.339			
	21,22	2.724,04	Profissionais da saúde e afins	Saúde e serviços sociais	458.098	585.558			

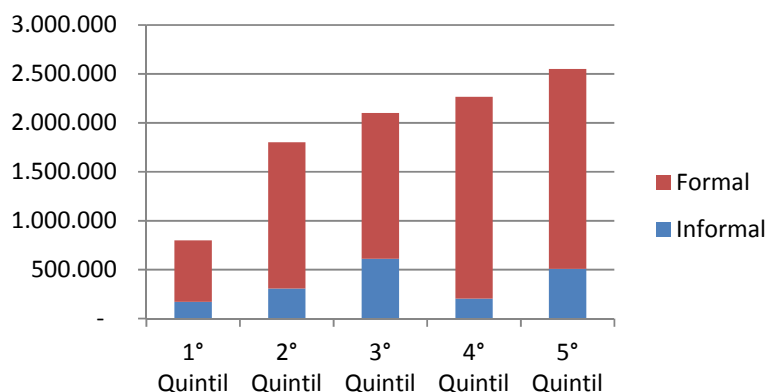
O saldo de empregos entre 2002-2004 e 2007-2009 para o grupo que analisamos foi de 9,5 milhões. O gráfico 2 exibe o saldo de empregos por quintos de qualidade do emprego. A soma dos valores neles expressos pelas barras se iguala a essa cifra.

Gráfico 2 - Padrões de geração de emprego na década de 2000



A expansão do emprego na década 2000 se caracteriza por um modelo de melhoria do emprego (*job upgrading*, segundo a Figura 1). Trata-se de um crescimento concentrado principalmente nos empregos de melhor qualidade. Com respeito à formalidade e informalidade dos empregos criados, mais de 80% dos novos postos de trabalho gerados nessa década são empregos formais, como se vê no gráfico 3. Os empregos formais são responsáveis pela maior parcela dos saldos positivos em todos os quintos.

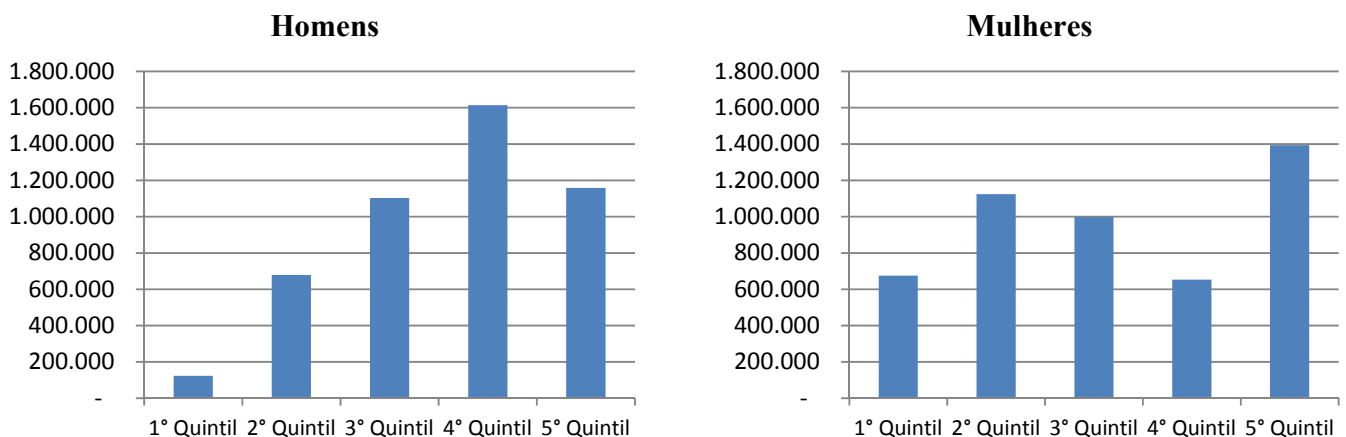
Gráfico 3 – Saldo de empregos formais e informais na década de 2000



As discussões em torno da grande expansão do emprego na década de 2000 frequentemente levantaram a suspeita de que a maior parte dos postos formais gerados na década se concentraria em empregos de qualidade relativamente baixa. O que observamos é exatamente o contrário disso: os novos empregos formais concentram-se principalmente nos dois últimos quintos, de maior renda.

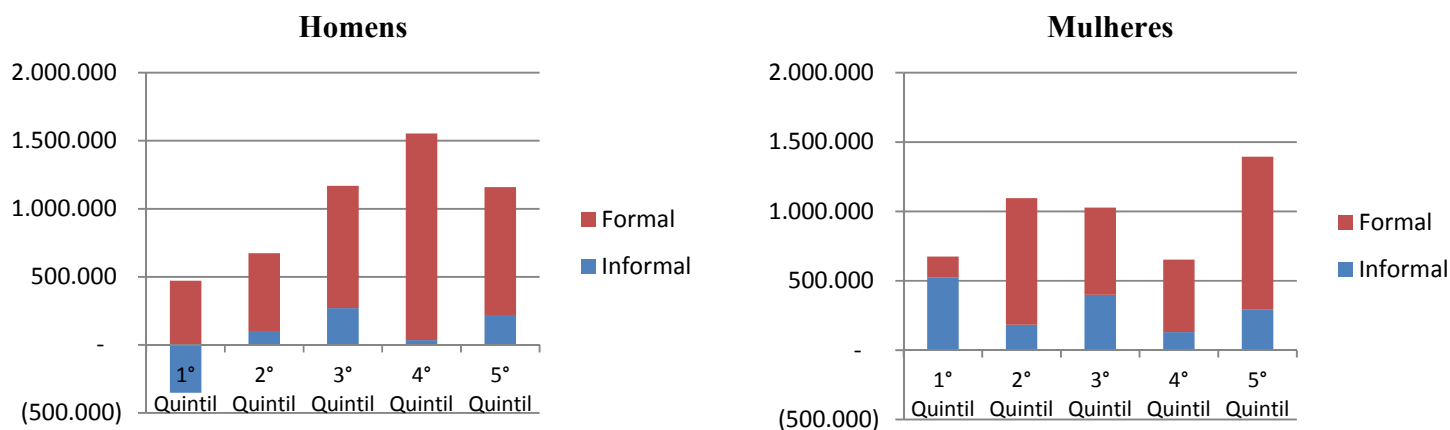
Sabe-se que o mercado de trabalho é, no entanto, muito distinto por grupos de sexo. As desigualdades de gênero definem marcações e barreiras de entradas em determinados empregos e setores de atividade, de modo que haja uma verdadeira segmentação. A gama de ocupações que os homens exercem é muito mais extensa do que a das mulheres. Além disso, as ocupações “majoritariamente masculinas” não se igualam e nem se aproximam das “majoritariamente femininas”. Isso nos impele a considerar o movimento de geração de empregos separado por grupos de sexo. O gráfico 4 exibe os resultados.

Gráfico 4 – Saldo de empregos na década de 2000, por sexo



O saldo de empregos é muito semelhante para os dois grupos de sexo: 4,6 milhões entre os homens e 4,8 milhões entre as mulheres. No entanto, o movimento de *job upgrading* se deu principalmente para o grupo masculino. Entre as mulheres, a tendência observada quase esboça um quadro híbrido, que esboça um padrão entre a piora dos empregos (*job downgrading*) e a polarização. Não é possível, desta maneira, afirmar que ambos os sexos se beneficiaram do mesmo modo do período recente: a expansão do emprego delineou um movimento mais favorável no grupo dos homens, mas os saldos são maiores para as mulheres.

Gráfico 5 – Saldo de empregos formais e informais na década de 2000, por sexo



Quando distinguimos os empregos gerados para ambos os sexos de acordo com a formalidade, as desigualdades de gênero se tornam ainda mais evidentes. Para os homens há saldo negativo de empregos informais no primeiro quintil (que se constitui majoritariamente de trabalhos ligados ao setor primário). Nos demais quintos, a participação dos empregos informais é mínima. Para as mulheres, por seu turno, há saldos positivos de informalidade em todos os quintos. Apesar de que para elas o emprego formal também se constitui na maior parcela dos saldos do período, os empregos informais alcançam um patamar elevado, tanto do ponto de vista absoluto, como relativo.

O movimento dos quintos de qualidade do emprego indicam alterações na estrutura de renda permanente do mercado de trabalho: o crescimento das ocupações dos quintos mais elevados apontam mudanças nas remunerações que não se devem somente à elevação do salário mínimo ou ao crescimento da renda média por razões conjunturais. No entanto, a mera avaliação visual dos gráficos não permite dizer muito sobre o movimento dos indicadores de desigualdade. Uma vez que os quintos mais elevados são também mais heterogêneos e desiguais em termos de distribuição de renda, um movimento de melhoria do emprego pode estar associado inclusive ao aumento de desigualdades -- o que certamente ocorreu durante a década de 1970. Se há redução das desigualdades (como sabemos que houve), isso implica alguma forma de homogeneização da renda do trabalho.

A Tabela 3 mostra que as desigualdades caíram em quase todos os quintos, com exceção do primeiro (tanto para homens como para mulheres). Para os homens, a relação entre o saldo positivo e a queda das desigualdades é linear: os quintos com maior saldo apresentaram as maiores quedas nas desigualdades de renda. Para as mulheres essa relação não é tão unívoca. Ainda assim, esses resultados nos permitem afirmar que o padrão de expansão do emprego na década não veio acompanhado do aumento da heterogeneidade de rendimento. Os melhores empregos foram gerados de forma a reduzir as desigualdades.

Tabela 3 - Variância do Log da Renda para cada quintil (valores multiplicados por 100)			
Total			
	<u>2002-2004</u>	<u>2007-2009</u>	<u>Diferença</u>
1º Quinto	68,0	71,2	3,2
2º Quinto	53,5	47,3	-6,2
3º Quinto	54,2	47,8	-6,4
4º Quinto	47,3	39,8	-7,5
5º Quinto	76,6	71,4	-5,2
Mulheres			
	<u>2002-2004</u>	<u>2007-2009</u>	<u>Diferença</u>
1º Quinto	64,7	66,1	1,5
2º Quinto	53,0	44,9	-8,1
3º Quinto	68,4	57,4	-11,0
4º Quinto	41,4	34,2	-7,2
5º Quinto	70,3	65,2	-5,1
Homens			
	<u>2002-2004</u>	<u>2007-2009</u>	<u>Diferença</u>
1º Quinto	67,0	71,3	4,4
2º Quinto	48,0	45,9	-2,1
3º Quinto	42,9	38,5	-4,4
4º Quinto	48,6	41,1	-7,5
5º Quinto	76,4	71,4	-4,9

A análise anterior ainda não permite distinguir o que teve maior peso na redução das desigualdades, dentre os três fatores elencados como causas possíveis. Procedemos então à análise detida dos anos da década de 2000 para averiguarmos o peso de cada um desses fatores de mudança da estrutura ocupacional sobre as desigualdades. A tabela 4 apresenta os resultados da decomposição do índice de desigualdade (Variância do Log da Renda) por ocupação.

Tabela 4- Decomposição da Variância do Log da Renda (valores multiplicados por 100)**Geral**

	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
Componente Entre Ocupações	46,96	45,62	43,51	43,81	43,41	41,20	40,07	39,57
Componente Intra Ocupações	56,78	57,69	55,83	54,58	53,52	52,99	50,79	49,23
Variância Total	103,75	103,31	99,34	98,39	96,93	94,19	90,86	88,80
R ² do componente entre ocupações (%)	45,27	44,16	43,80	44,53	44,79	43,74	44,10	44,56
Varição dos componentes entre ocupações decompostos (cumulativa)								
Entre I (Efeito de composição - Fator 1)		-2,83	-0,32	-0,32	-0,33	0,51	-2,25	4,22
Entre II (Efeito de médias - Fator 2)		1,48	-3,14	-2,84	-3,22	-6,27	-4,64	-11,62
Varição dos componentes intra ocupações (cumulativa)								
Intra (Desigualdade entre indivíduos - Fator 3)		0,91	-0,95	-2,20	-3,26	-3,80	-5,99	-7,55
Mulheres								
	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
Componente Entre Ocupações	49,49	47,24	46,74	45,84	45,05	44,06	41,59	40,82
Componente Intra Ocupações	53,00	54,71	52,69	51,71	51,55	48,86	49,02	47,58
Variância Total	102,49	101,94	99,43	97,55	96,61	92,92	90,61	88,4
R ² do componente entre ocupações (%)	48,29	46,34	47,01	46,99	46,64	47,41	45,9	46,18
Varição dos componentes entre ocupações decompostos (cumulativa)								
Entre I (Efeito de composição - Fator 1)		-0,83	-0,67	-0,5	-0,22	-0,33	-1,57	-0,86
Entre II (Efeito de médias - Fator 2)		-1,42	-2,08	-3,15	-4,22	-5,1	-6,33	-7,81
Varição dos componentes intra ocupações (cumulativa)								
Intra (Desigualdade entre indivíduos - Fator 3)		1,71	-0,31	-1,29	-1,45	-4,14	-3,98	-5,42
Homens								
	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
Componente Entre Ocupações	44,75	43,67	40,32	41,75	41,46	35,92	37,25	37,22
Componente Intra Ocupações	54,63	55,08	53,36	52,12	50,79	52,09	48,56	46,74
Variância Total	99,38	98,75	93,69	93,88	92,25	88,01	85,81	83,96
R ² do componente entre ocupações (%)	45,03	44,22	43,04	44,48	44,94	40,81	43,41	44,33
Varição dos componentes entre ocupações decompostos (cumulativa)								
Entre I (Efeito de composição - Fator 1)		-1,02	-0,92	-0,81	-0,89	-0,95	-2,93	-2,25
Entre II (Efeito de médias - Fator 2)		-0,06	-3,51	-2,19	-2,4	-7,88	-4,57	-5,28
Varição dos componentes intra ocupações (cumulativa)								
Intra (Desigualdade entre indivíduos - Fator 3)		0,45	-1,27	-2,51	-3,84	-2,54	-6,07	-7,89

Na Tabela 4 a “variância total” exhibe a desigualdade de acordo com a variância do logaritmo natural da renda do trabalho. Em cada ano, o total do índice resulta da soma dos componentes entre- e intra-ocupações. Como sabido, o movimento geral das desigualdades no período é de queda. O que percebemos por esses resultados é que esse movimento se deve ao declínio combinado dos dois componentes, tanto o componente entre ocupações como o componente intra-ocupações declinam, como mostra o resultado para a amostra geral e também somente para as amostras de homens e mulheres.

Observando a tendência geral, quando decomparamos o componente entre ocupações, percebemos que a maior razão da queda das desigualdades se deve à variação nos salários (efeito

de médias) e não tanto às mudanças nos tamanhos das ocupações e da estrutura ocupacional. O efeito de composição tem sinal negativo, o que indica que contribui para reduzir as desigualdades. Mas seus valores absolutos são pequenos e, além disso, não mostra acumulação consistente ao longo do período analisado.

Ora, se vimos que o movimento de geração de empregos configurou um *job upgrading*, não seria de se esperar que o maior efeito fosse o de composição, que estaria ligado a alterações mais substantivas na estrutura ocupacional? Talvez o resultado encontrado se justifique pelo fato de que a qualidade dos novos (e melhores) postos criados na década de 2000 afete apenas os seus ocupantes, isto é, apenas aqueles que se beneficiaram desses novos postos. Por maior que tenha sido o saldo de empregos da década, ele não alterou substancialmente a estrutura ocupacional. As mudanças salariais, por sua vez, impulsionadas fortemente pelos reajustes do salário mínimo, têm um efeito mais transversal, afetando todos os indivíduos ocupados.

Ao final dos anos analisados, o efeito de médias foi responsável pela queda acumulada de 11,62 pontos nessa medida de desigualdades (Var Log da Renda x 100); ao passo que o efeito de composição mostrou um comportamento variável e pouco consistente – chegando, no último ano do período, até mesmo a contribuir para o aumento das desigualdades, aumentando 4,22 pontos. Assim, no saldo, as dinâmicas entre ocupações foram responsáveis por uma queda de 7,4 pontos – enquanto a queda da desigualdade entre indivíduos fez cair 7,55 pontos. Isso nos faz concluir que o componente sistemático, devido às ocupações, e a desigualdade entre os indivíduos dentro das ocupações (intra-ocupacional) contribuíram de modo quase idêntico para a tendência observada. Tal movimento pareado desses dois fatores permitiu que o coeficiente de determinação (R^2) se mantivesse fundamentalmente constante no tempo. Isso significa que as ocupações explicam hoje praticamente a mesma parcela das desigualdades que explicavam em 2002.

Observando as tendências por sexo, observamos que para as mulheres o componente estrutural/ocupacional foi muito mais importante para a queda das desigualdades do que o componente relacionado às diferenças entre indivíduos. Destaca-se também o efeito de médias – que acumulou quedas num ritmo quase linear. O efeito de composição se mostrou relevante apenas para os homens – e principalmente nos dois últimos anos da série.

Como dissemos, o movimento geral de queda das desigualdades entre ocupações não implica que todas as ocupações contribuem igualmente para a tendência. Através da análise de sensibilidade sugerida (cf. equação 1.3), podemos mapear quais são as ocupações que têm os maiores efeitos negativos (contribuindo para a queda da desigualdade) e quais têm os maiores efeitos positivos (contribuindo para o aumento da desigualdade). A seguir, apresentamos esses resultados.

**Tabela 5.1. Contribuição de cada ocupação para a desigualdade entre 2002 e 2009.
10 Ocupações que mais contribuem para a desigualdade decrescente**

Total	Efeito de médias	Efeito de composição	Componente entre indivíduos	Nome
Homens				
-4.70	1.15	-2.70	-3.15	Produtores Agrícolas
-1.73	-1.01	-0.03	-0.69	Gerentes de Produção e Operações
-1.40	0.00	0.00	-1.40	Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados
-0.84	-0.21	-0.40	-0.23	Dirigentes de Empresas - Empregadores com mais de 5 empregados
-0.80	-0.35	-0.28	-0.17	Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral
-0.67	-0.47	-0.04	-0.16	Gerentes de Áreas de Apoio
-0.52	0.01	-0.09	-0.44	Vendedores Ambulantes
-0.44	-0.39	-0.09	0.04	Trabalhadores na Pecuária
-0.41	-0.14	0.00	-0.27	Condutores de veículos sobre Rodas -Distribuidor de Mercadorias
-0.36	-0.08	-0.06	-0.22	Trabalhadores nos Serviços de Manutenção e Conservação de Edifício.
Mulheres				
-2.04	-0.45	-0.41	-1.18	Vendedores Ambulantes
-1.44	0.05	0.00	-1.49	Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados
-0.89	-0.72	-0.06	-0.11	Gerentes de Produção e Operações
-0.84	-0.05	-0.37	-0.42	Produtores Agrícolas
-0.81	-0.13	-0.05	-0.63	Operadores de Máquinas de Costura de Roupas
-0.69	-0.12	-0.05	-0.53	Professores de Nível Médio no Ensino Fundamental
-0.69	-0.03	-0.05	-0.60	Desenhistas Industriais, Designers, Escultores, Pintores e Artistas
-0.68	-0.68	0.02	-0.01	Gerentes de Áreas de Apoio
-0.65	0.09	-0.67	-0.07	Extrativistas Florestais
-0.59	-0.24	-0.13	-0.21	Tintureiros, Lavadeiros e Afins, à Máquina e à Mão

A Tabela 5.1 traz as dez ocupações que mais contribuíram para a queda da desigualdade. Para os homens a ocupação que mais contribuiu para a queda na desigualdade foi a dos produtores agrícolas – que levou a uma queda de 4,7 pontos na Variância do Log da Renda. Decompondo esse efeito, observamos que ele se deve principalmente à redução das desigualdades entre indivíduos (fator 3) e ao efeito de composição (fator 2). O comportamento

do efeito de composição era esperado: como vimos anteriormente, os empregos do primeiro quinto foram sistematicamente desfeitos no período, e esse saldo negativo refere-se quase exclusivamente a empregos do setor primário. É importante notar que a queda total da desigualdade entre os homens foi de 15,72 pontos (soma dos efeitos “Entre I”, “Entre II” e “Intra”, cf. Tabela 3).

A Tabela 5.2, abaixo, exhibe as dez ocupações que mais atuaram na contramão do processo que temos estudado: são aquelas que contribuíram para acirrar as desigualdades sociais.

Tabela 5.2. Contribuição de cada ocupação para a desigualdade entre 2002 e 2009.				
10 Ocupações que mais contribuem para a desigualdade crescente				
Total	Efeito de médias	Efeito de composição	Componente entre indivíduos	Nome
Homens				
0.84	0.01	0.17	0.67	Produtores Agropecuários em Geral
0.82	-0.38	0.61	0.59	Trabalhadores Agrícolas
0.23	0.13	0.07	0.03	Pescadores e Caçadores
0.21	0.09	0.13	-0.02	Engenheiros Mecânicos
0.16	-0.01	0.04	0.12	Entregadores Externos -Exceto Carteiros
0.14	0.00	0.07	0.07	Diretores Gerais
0.13	0.01	0.05	0.07	Profissionais de Marketing, Publicidade e Comercialização
0.10	-0.02	0.11	0.01	Procuradores de Empresas e Autarquias
0.10	0.04	0.05	0.00	Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar
0.09	0.03	0.03	0.03	Desenhistas Técnicos e Modelistas
Mulheres				
1.24	-0.13	0.75	0.61	Vendedoras a Domicílio
0.74	0.07	0.25	0.42	Atendentes de Creche e Acompanhantes de Idosos
0.57	0.15	0.25	0.17	Trabalhadores Artesanais da Confecção de Roupas
0.53	-0.06	0.47	0.12	Enfermeiros de Nível Superior e Afins
0.39	0.02	0.05	0.31	Trabalhadores da Preparação da Confecção de Roupas
0.29	-0.03	0.18	0.14	Professores de Disciplinas da Educação Geral de 1ª à 4ª Série
0.27	-0.01	0.24	0.05	Psicólogos e Psicanalistas
0.26	-0.01	0.16	0.12	Profissionais de Marketing, Publicidade e Comercialização
0.19	0.30	-0.39	0.27	Trabalhadores dos Serviços Domésticos em Geral
0.19	0.00	0.07	0.11	Produtores Agropecuários em Geral

Em primeiro lugar, cabe notar que o “saldo positivo” de desigualdades nessas ocupações nunca atinge patamares elevados. Em segundo lugar, observa-se que, para o grupo dos homens, as três primeiras ocupações desse rol se referem a empregos no setor primário. Isso indica que os

empregos desse setor não contribuíram de modo unívoco para a queda das desigualdades – diferentemente do que seríamos levados a pensar através da leitura apenas da tabela anterior. Verifica-se ainda que, nesse conjunto de ocupações em que se elevou a desigualdade, encontramos maior quantidade de postos de mais alto nível: engenheiros, diretores, profissionais da comunicação, enfermeiros com ensino superior, psicólogos etc. Isso talvez indique que o maior acesso à educação de níveis mais elevados tenha tornado esses postos mais heterogêneos, isto é, passíveis de serem acessados por indivíduos de origens sociais mais distintas.

6. Discussões e considerações finais

Tentamos ao longo desse artigo, com duas estratégias distintas e complementares, investigar a relação entre emprego, estrutura ocupacional e desigualdade de renda no Brasil. Nossas questões iniciais diziam respeito aos efeitos do período de crescimento econômico recente sobre as desigualdades sociais. Mostramos que o padrão de expansão do emprego na última década assumiu o formato de um *job upgrading* fundado principalmente em postos do setor formal. Em seguida, através da decomposição da variância da renda do trabalho, mostramos que o efeito de composição teve pouca importância para a tendência da queda da desigualdade ao longo dos anos; ou seja a variação do tamanho das ocupações teve pouca relação com a recente queda dos indicadores. Em outras palavras, apesar da expansão do emprego na forma de *job upgrading*, que indubitavelmente configura um cenário positivo, houve outro efeito, mais forte ainda no período analisado, que se caracteriza pela redução das desigualdades entre ocupações. Os efeitos de média (variação dos salários) assumiram maior importância e eles implicam uma equalização dos salários médios das ocupações. Noutras palavras, não se pode dizer que o crescimento econômico trouxe alteração radical da estrutura ocupacional, compreendida como a distribuição relativa das ocupações

Anteriormente apontamos que as ocupações podem ser compreendidas como, entre outras coisas, indicadores da renda permanente dos indivíduos. Se o efeito de composição teve papel reduzido na reconfiguração das desigualdades, isso implica que a renda permanente dos indivíduos pode não ter se alterado muito. Os novos postos gerados no movimento de expansão do emprego se caracterizam por mais qualidade (e maiores prospectos de renda permanente); no

entanto, eles respondem, como vimos, por 9,5 milhões -- e a população ocupada, em 2007-2009, era formada por cerca de 64 milhões de pessoas. O job upgrading reduz as desigualdades para aqueles que se beneficiaram da expansão do emprego. Para o restante da população ocupada, faz sentido que o efeito de médias seja o mais importante.

Duas limitações marcam nosso trabalho. Em primeiro lugar, o uso das variáveis sobre ocupação e setor em sua forma “crua” deixa de captar importantes dimensões do mercado de trabalho, como outras características dos vínculos empregatícios, como o acesso à supervisão, propriedade etc. No entanto, essa consideração não inviabiliza a análise dos resultados propostos, uma vez que estamos preocupados com os resultados agregados e as macrotendências presentes nos dados. Apresentamos os resultados desagregados por ocupação principalmente para que o público tenha uma ideia da "localização" no mercado de trabalho que é mais influente para as tendências analisadas, mas como nossas conclusões se baseiam mais nos resultados agregados, estamos confiantes que a opção pelo uso da unidade de análise escolhida pelo artigo está correta.

Nossa outra limitação é mais específica ao exercício de decomposição da desigualdade de renda do trabalho. Nossas análises foram realizadas sem o uso de outras variáveis de controle (além da segmentação por sexo), o que afeta nossas estimativas, já que os patamares de rendimento dependem de inúmeros outros fatores importantes como raça, posição na ocupação, escolaridade etc. Novamente, como nosso interesse se concentrava em entender a importância relativa dos componentes agregados, a ausência dos controles consagrados na literatura não afeta, em nossa opinião, os resultados reportados.

Nosso principal objetivo foi destacar a importância da estrutura ocupacional para compreender as tendências da desigualdade de renda brasileira. Como esperamos ter deixado claro acima, o ganho analítico da compreensão de fontes estruturais da desigualdade, ligados a aspectos da estruturação do mercado de trabalho representado pelas ocupações, é significativo e merece ser melhor explorado por todos aqueles dedicados ao estudo da desigualdade de renda. Essa é apenas uma primeira aproximação ao tema, que merece ser explorado em uma perspectiva temporal mais larga, assim como também através da investigação de como outros fatores sabidamente estruturantes da desigualdade brasileira, como educação e raça, atuam nesse âmbito. Esperamos que nós mesmos e outros cientistas sociais possamos vir a dar contribuições para esse debate no futuro.

5. Referências Bibliográficas

- Autor, David H., Lawrence F. Katz, and Melissa S.Kearney. 2006. "The Polarization of the U.S. Labor Market." *American Economic Review*, v.96, pp. 189–94.
- Baltar, P. E. D. A. Abertura Econômica e Absorção de Mão-de-Obra no Brasil. In: N. Castro e C. Dedecca (Ed.). A ocupação na América Latina: tempos mais duros. São Paulo/Rio de Janeiro: Associação Latino Americana de Sociologia do Trabalho, 2001
- Barros, R. P. D., M. D. Carvalho, *et al.* Determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira. In: R. P. Barros, M. N. Foguel, *et al.* (Ed.). Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, v.1, 2006a
- _____. A queda recente da Desigualdade de Renda no Brasil. In: R. P. D. Barros, M. N. Foguel, *et al.* (Ed.). Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, v.1, 2006b
- Barros, R. P. D., S. Franco, *et al.* A Recente Queda na Desigualdade de Renda e o Acelerado Progresso Educacional Brasileiro da Última Década. In: R. P. D. Barros, M. N. Foguel, *et al.* (Ed.). Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, v.2, 2006
- Becker, G. S. The economic approach to human behavior. Chicago: University of Chicago Press. 1976
- Blau, P. M. e O. D. Duncan. The American occupational structure. New York,: Wiley. 1967
- Breen, R. e D. B. Rottman. Class Stratification: A Comparative Perspective. New York/London/Toronto/Sydney/Tokyo/Cingapore: Harvester Wheatsheaf. 1995
- Cardoso, A. M. Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal - a Era Vargas Acabou? Rio de Janeiro: Editora FGV. 1999
- _____. Trabalhar, Verbo Transitivo. Rio: Ed. FGV, 2000.
- _____. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.
- Cardoso Jr., José Celso. "Crise e desregulação do trabalho no Brasil". *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.13, n.2, 2001. p.31-59.
- Castro, N. A. e C. S. Dedecca. A ocupação na América Latina: tempos mais duros. In: N. Castro e C. Dedecca (Ed.). A ocupação na América Latina: tempos mais duros. São Paulo/Rio de Janeiro: Associação Latino Americana de Sociologia do Trabalho, 2001
- Cowell, F. A. Measuring Inequality. Oxford: Philip Allan. 1977
- Ferreira, F. H. G. e R. P. D. Barros. Climbing a moving mountain: explaining the decline in income inequality in Brazil from 1976 to 1996. First Workshop of the LACEA/IDB/World Bank Inequality and Poverty Network. Buenos Aires 1998.

- Ferreira, F. H. G., P. G. Leite, *et al.* Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. Econômica, v.8, n.1, p.147-169. 2006.
- Ferreira, F. H. G. e J. Litchfield. Education or inflation? The Micro and Macroeconomics of the Brazilian Income Distribution during 1981-1995. Cuadernos de Economía, v.38, n.114, p.209-238. 2001.
- Goesling, B. e D. P. Baker. Three faces of international inequality. Research in Social Stratification and Mobility, v.26, p.183-198. 2008.
- Goldthorpe, J. H. On sociology : numbers, narratives, and the integration of research and theory. Oxford [UK] ; New York: Oxford University Press. 2000
- _____. On sociology - Illustration and Retrospect. Stanford, Calif.: Stanford University Press, v.2. 2007
- Grusky, D. B. e G. Galescu. Foundations of a Neo-Durkheimian class analysis. In: E. O. Wright (Ed.). Approaches to Class Analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 2005
- Grusky, D. B. e J. B. Sorensen. Can Class Analysis Be Salvaged? The American Journal of Sociology, v.103, n.5, p.1187-1234. 1998.
- Grusky, D. B. e K. Weeden. Are There Social Classes? A Framework for Testing Sociology's Favorite Concept. In: A. Lareau e D. Conley (Ed.). Social Class. How Does It Work?, 2008
- GUIMARAES, Nadya Araujo. O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da Sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)? Dados, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, 2011.
- _____. "Novas Formas, Novas Medidas? desemprego, trajetórias ocupacionais e experiências na produção de informações". São Paulo em perspectiva, v. 20, n. 4, 2007.
- Kelley, J. e A. O. Haller. Working Class Wages During Early Industrialization: Brazilian Evidence. Research in Social Stratification and Mobility, v.18, p.119-161. 2001.
- Kim, C. e A. Sakamoto. The Rise of Intra-Occupational Wage Inequality in the United States, 1983 to 2002. American Sociological Review, v.73, p.129-157. 2008.
- Langoni, C. G. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005
- Mincer, J. Schooling, experience and earnings. New York: NBER/Columbia University Press. 1974
- Morris, M. e B. Western. Inequality in Earnings at the Close of the Twentieth Century. Annual Review of Sociology, v.25, p.623-657. 1999.
- Mouw, T. e A. Kalleberg. Occupations and the Structure of Wage Inequality in the United States, 19080s to 2000s. American Sociological Review, v.75, n.3, p.402-431. 2010.
- Neves, J. A. Labor Force classes and the Earnings Determination of the Farm Population in Brazil: 1973, 1982 and 1988. Research in Social Stratification and Mobility, v.22, p.423-475. 2005.

- Pochmann, Márcio. "Mercado de trabalho no Brasil: o que há de novo?". *Parcerias Estratégicas – Edição Especial*, n.22, junho, 2006.
- _____. "Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil". *Indicadores Econômicos FEE*, Vol. 26, No 2 (1998), PP. 119-139
- Ramos, Lauro. "Desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: 1992-2005". *Revista de Economia Política*, v.29, n.4, 2009. PP. 406-420.
- Santos, J. A. F. Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002
- Sen, A. Desigualdade reexaminada. São Paulo: Record. 2001
- Silva, N. D. V. Os rendimentos pessoais. In: C. Hasenbalg e N. D. V. Silva (Ed.). Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003
- Soares, Sergei Suarez Dillon. "PNAD 2009 - Primeiras Análises: Distribuição de renda entre 1995 e 2009". *Comunicados do IPEA Brasília*, 2010a.
- _____. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável?. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 30, n. 3, Sept. 2010b.
- Sorensen, A. The structural basis of social inequality. The American Journal of Sociology, v.101, n.5, p.1333-1365. 1996.
- Sorensen, A. e A. L. Kalleberg. An Outline of a Theory of the Matching of Persons to Jobs (mimeo). Institute for Research on Poverty. Madison: University of Wisconsin. 1979
- Weeden, K., Y.-M. Kim, *et al.* Social class and earnings inequality. American Behavioral Scientist, v.50, n.5, p.702-736. 2007.
- Weeden, K. A. Why Do Some Occupations Pay More than Others? Social Closures and Earnings Inequality in the United States. American Journal of Sociology, v.108, p.55-101. 2002.
- Williams, M. The Changing Structure of Occupations and Wage Inequality in Great Britain, 1970-1990s. Meeting of the ISA Research Comitee on Social Stratification (RC28). Haifa, Israel 2010.
- Wright, E. O. Class counts : comparative studies in class analysis. Cambridge
Cambridge University Press
1997
- Wright, E. O. e R. E. Dwyer. The patterns of job expansions in the USA: a comparison of the 1960s and 1990s. Socio-Economic Review, v.1, p.289-325. 2003.



centro de estudos da metrópole

www.centrodametropole.org.br

